

Coluna do Castello

Crise fica com os leões do norte

Tende a ser assimilada com relativa rapidez a crise instaurada com o pedido de demissão do Ministro do Interior e a exoneração, por ato presidencial, do superintendente da Sudene. A crise entre o PMDB e o PFL localiza-se em Pernambuco e, se é latente desde a ascensão do Sr. Miguel Arraes ao governo, tornou-se ostensiva com a nomeação do Sr. Joaquim Francisco para o Ministério do Interior. Como o presidente quis ficar no meio do caminho, deixou na Superintendência da Sudene o sr. Dorany Sampaio, atendendo assim discreta mas eficazmente ao governador.



O superintendente da Sudene, ou por inspiração ou por temperamento, não se submeteu à autoridade do ministro, consumindo três meses de desgastes no desempenho do governo e no desrespeito à hierarquia funcional inerente às relações de governo com seus agentes. Inconformado, o ministro demitiu-se e, invocando o argumento da autoridade, o presidente a recompôs limpando a área com um ato de soberania. O sr. Ulysses Guimarães, dado a reações de brio ofendido antes que as situações se esclareçam, não demorou a perceber que vivia um episódio secundário, dentro do qual não lhe cabia contestar o exercício da autoridade presidencial. A crise situada em Pernambuco lá continuou, embora o presidente deslocasse para Sergipe, na pessoa do sr. João Alves, a chefia do Ministério do Interior.

O ex-governador sergipano é político hábil e dado a negociações. Com ele as coisas no Nordeste tendem a se compor, sem que isso afete a atitude do governador Miguel Arraes, que já se considerava posto de lado pelo governo federal, situação que apenas se teria agravado. O presidente não deveria mais contar com a facção do governador para votar por suas teses na Constituinte, esperança que, aliás, o sr. Arraes jamais deu a quem quer que seja, mesmo ao seu partido. A política pernambucana sempre se ressentiu da aspereza e do senso de altivez dos seus chefes, todos eles pequenos ou grandes leões do norte, segundo a tradição que dá ao estado essa legenda.

Posta a crise no seu lugar e encarando as responsabilidades principais do presidente da República, dos presidentes do PMDB e do PFL e do relator do anteprojeto de Constituição, deve-se esperar que uma sessão no Pericumã, ou mesmo no Alvorada, reponha o diálogo nos seus termos anteriores. Interesses comuns unem aqueles personagens, empenhados em obter um texto consensual da Constituição com eliminação dos resíduos radicais que entopem o projeto da Comissão de Sistematização, fruto da liberalidade do regimento que acolheu todo e qualquer tipo de manifestação e de proposta.

As comissões informais ou blocos de suposto consenso da esquerda, do centro e da direita praticamente concluíram sua tarefa e não terão como fugir ao crivo dos presidentes dos partidos e seus principais assessores, empenhados na limpeza doutrinária, ideológica e pragmática do texto que deverá transformar-se na futura Constituição. Não há correntes que possam prevalecer sozinhas, como advertiu o sr. Bernardo Cabral, e se não houver um poder mais alto que imponha as soluções de transação muito difícil, senão impossível, será votar uma Constituição este ano ou nos próximos pelos quais durar o mandato do atual Congresso-Constituinte.

Grupos de deputados ou deputados isolados que muito justamente pressentem a derrota das suas teses, sobretudo quando elas acariciam a esquerda, propõem desde já a aprovação da idéia do referendo popular, global e parcial. Perdendo no campo, eles querem apelar para as arquibancadas. O relator Cabral, no entanto, já advertiu que, se acaso um plebiscito rejeitasse a Constituição votada pelos constituintes, aconteceria o caos institucional no país. Os poderes constituintes em exercício decorrem de uma emenda constitucional que os atribuiu expressamente ao Congresso em funcionamento (ou quase). Se o eleitorado rejeitar a Constituição, que se fará? Outra Constituição pelos mesmos constituintes?

Não há previsão constitucional para a ocorrência dramática. O natural, se se tratasse de uma Assembléia Constituinte normal, seria eleger outra. Mas agora trata-se de fechar o Congresso e com isso dissolver as instituições existentes em função da carta constitucional em vigor. Em suma, o plebiscito com resultado negativo importaria num golpe de estado. Quem o daria? A Constituinte destituída de apoio militar? O presidente contestado na sua base política e alvo das arregimentações de massa manipuladas por seus adversários?

É claro que ficaríamos à mercê de grupos aventureiros de direita ou de esquerda. Por isso mesmo, o sensato será silenciar os propositores de plebiscitos que apelam ao povo para que apóie o aborto acaso rejeitado pelos constituintes. E preparar o Congresso Constituinte para assimilar a Constituição que emergir da votação do plenário, que dispõe de delegação política e popular expressa para assim proceder.

Reparos à entrevista

Na entrevista do presidente à imprensa são dispensáveis os ministros e assessores que ocupam as primeiras filas de cadeira. Eles não são personagens nesse pequeno drama encenado de acordo com os interesses dos dois interlocutores e da nação. Se quiserem ouvir, ponham-se atrás.

Os organizadores da entrevista também poderiam fazê-la preceder de um prazo dentro do qual os órgãos de comunicação, independentemente dos seus repórteres credenciados, encaminhassem suas perguntas ao presidente.

Carlos Castello Branco